



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

**ATA DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO
VINTE E DOIS DE FEVEREIRO**

Acta nº 1/2024

No dia vinte e dois do mês de fevereiro de dois mil e vinte e quatro teve lugar a 1ª Sessão Ordinária de 2024, realizada na Sala D. Afonso Henriques no Convento São Francisco, com a seguinte ordem de trabalhos:

I – ABERTURA

Informações do Presidente da Assembleia

II – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Intervenções dos Deputados Municipais

III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Intervenção do Presidente da Câmara

· *Informação escrita do Presidente da Câmara à Assembleia Municipal*

· *Grupos Políticos*

2. Alteração modificativa/revisão ao Orçamento nº1 de 2024

3. Incorporação do saldo da gerência de 2023 no Orçamento dos SMTUC de 2024 e aprovação dos mapas de desempenho orçamental e de fluxos de caixa de 2023 Alteração Orçamental Modificativa SMTUC

4. Alteração Orçamental Modificativa SMTUC

5. Relatório económico-financeiro do 3.º trimestre de 2023 – Águas de Coimbra, E.M Conhecimento

6. Alteração ao Contrato de Empréstimo de Médio Longo Prazo 2023- Lote 2

7. Procedimento de alienação de prédios do domínio privado municipal em Hasta Pública

8. Atribuição do direito de exploração de espaço para estabelecimento de bebidas e respetiva esplanada, sito no troço poente da Praça da República, em Coimbra (Cartola)

9. Alteração dos júris dos procedimentos para recrutamento e seleção de cargos de direção intermédia de 2.º grau – Divisão de Juventude e Divisão de Licenciamentos e Fiscalização de Atividades

10. Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências

-Relatório de Execução e Plano de Calendarização de outubro a dezembro de 2023 da Divisão de Apoio às Freguesias

- Apoio ao Funcionamento das Freguesias/União das Freguesias-2024

- Manutenção e conservação dos espaços verdes e jardins nas escolas EB 2/3 e escolas do ensino secundário-2024/2025

11. Regulamento Municipal de Água e Águas Residuais de Coimbra

12. Alteração ao Regulamento da Taxa Municipal Turística de Coimbra

13. Ata da 3ª Sessão Ordinária de 2023, de 29 de junho



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Participaram nesta sessão os seguintes membros da Assembleia Municipal:

Grupo Municipal Partido Socialista (PS):

Eleitos diretos

Luís Marinho, Ferreira da Silva, Ana Janelas, Vítor Parola, Luís Silva, Tiago Bolhão, Juvenal Sousa, António Vilhena, Ramiro Santos, Elisabete Lemos e Jorge Fernandes

Eleitos por inerência

António Coelho, João Marques, José Santos, Joaquim Pereira, José Salgado, Paulo Cardoso, Diamantino Jorge, João Pimenta, Horácio Costa e Jorge Veloso.

Grupo Municipal (PPD/PSD)

Eleitos diretos

Graça Oliveira, Carlos Figueiredo, Susana Reis, Teresa Gaspar, Ana Neto.

Eleitos por inerência

José Rodeiro, António Teodoro, João Campos, Luís Correia e José Simão.

Grupo Municipal Coligação Democrática Unitária (CDU):

Eleitos diretos

Manuel Rocha, João Pinto Ângelo e Rui Mendes.

Eleitos por inerência

Victor Carvalho e Jorge Mendes.

Grupo Municipal Nós Cidadãos (NC):

Eleitos diretos

Lúcia Ferraz, Rui Rodrigues, Pedro Cunha e Mário Albino.

Eleitos por inerência

Rui Soares.

Grupo Municipal Partido Popular (CDS/PP):

Eleitos diretos

Jorge Almeida, Helena Mendes, Margarida Pocinho e José Castro.

Grupo Municipal “Cidadãos por Coimbra” (CpC):

Eleitos diretos

João Malva e Graça Simões.

Deputado Municipal do PPM

António Cabral Oliveira.

Deputado Municipal do Chega

Fernando Duque



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Presenças da Câmara Municipal:

Além do Presidente da Câmara José Manuel Silva e do Vice-Presidente Francisco Veiga, estiveram presentes os Vereadores, Ana Bastos, Carlos Lopes, Ana Oliveira, Miguel Fonseca, Francisco Queirós, Regina Bento, José Dias, Hernâni Caniço e Rosa Cruz.

Mesa:

Presidiu a sessão o Presidente da Assembleia Municipal, Luís Marinho, que foi secretariado por Graça Simões, como Primeira Secretária, e Paulo Cardoso como Segundo Secretário.

O Presidente da Assembleia iniciou a sessão quando eram catorze horas e trinta minutos.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento nos termos do nº 1 do artigo do 13º do Regimento da Assembleia Municipal – Mandato 2013-2017, revisto e aprovado em Sessão Ordinária de 29 de abril de 2015, bem como nos termos do nº 1 do artigo 79º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, do seguinte preenchimento de vagas:

Grupo Municipal do PS:

A Deputada Municipal **Isabel Garcia** apresentou pedido de *suspensão de mandato* para esta sessão, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal **Ramiro Santos**.

A Deputada Municipal **Maria Ângela Correia** apresentou pedido de *suspensão de mandato* para esta sessão, tendo sido substituído pela Deputada Municipal **Elisabete Lemos**.

O Deputado Municipal **Rui Claro** apresentou pedido de *suspensão de mandato* para esta sessão, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal **Jorge Fernandes**.

O Deputado Municipal **David Ferreira da Silva** apresentou pedido de substituição extemporâneo, pelo que não foi substituído.

Grupo Municipal do PPD/PSD:

O Deputado Municipal **Martim Syder** apresentou pedido de *suspensão de mandato* para esta sessão, tendo sido substituído pela Deputada Municipal **Teresa Gaspar**.

A Deputada Municipal **Lídia Pereira** apresentou pedido de *suspensão de mandato* para esta sessão, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal **Diogo Rodrigues**.

O Deputado Municipal **Diogo Rodrigues** apresentou pedido de *suspensão de mandato* para esta sessão, tendo sido substituído pela Deputada Municipal **Ana Neto**.

Grupo Municipal do NC:

O Deputado Municipal **Carlos Nunes da Silva** apresentou pedido de *suspensão de mandato* para esta sessão, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal **Pedro Cunha**.

A Deputada Municipal **Lara Martins** apresentou pedido de *suspensão de mandato* para esta sessão, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal **Mário Albino**.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Grupo Municipal da CDU:

A Deputada Municipal **Luísa Silva** apresentou pedido de *suspensão de mandato* para esta sessão, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal **Rui Mendes**.

I – ABERTURA

Informações do Presidente da Assembleia

O Presidente da Assembleia Municipal deu início à sessão encetando as inscrições para o “*Período de Antes da Ordem do Dia*”.

Verificou a existência de *quórum*, tendo, em consequência, submetido a Ordem de Trabalhos à apreciação da Assembleia, que foi *aprovada*, uma vez que não foram apresentadas objeções.

II – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Intervenção do Presidente da Assembleia

Avançou que, por iniciativa dos Líderes dos Grupos Municipais com o apoio da Câmara Municipal, no dia 25 de abril para além da Sessão Solene haverá lugar a uma Assembleia Municipal Jovem com a participação das escolas do concelho. Apelou, assim aos membros da Assembleia que participassem como público e ouvisse o que os alunos têm para dizer.

Enunciou a Moção proposta pelo CpC que requeria o apoio dos grupos municipais, num manifesto de louvor da Assembleia Municipal ao Campeão Mundial Diogo Matos Ribeiro, naturalmente subscrita por todos os membros.

Intervenção do Deputado Municipal João Malva (CpC) [\(áudio13:59 a 15:30 minutos - 1ª gravação\)](#)

Apresentou a seguinte proposta de voto de louvor:

“A Assembleia Municipal de Coimbra, reunida a 22 de fevereiro de 2024, aprova Voto de Louvor ao cidadão de Coimbra, e extraordinário atleta, Diogo Matos Ribeiro pelo feito histórico conseguido nos Mundiais de Natação, em Doha, com as duas medalhas de ouro nas provas de mariposa de 50 e de 100 metros.

A cidade de Coimbra reconhece o valor do atleta e do cidadão, que eleva à escala global o nome e prestígio de Coimbra.

Um verdadeiro campeão faz-se com o produto dos seus genes, das condições de treino e competição que se oferecem, e constrói-se com muito trabalho e resiliência. O mérito é do atleta. Coimbra esteve à altura no apoio à qualidade intrínseca do atleta.

O feito único, verdadeiramente histórico, de Diogo Matos Ribeiro, escreve uma página de ouro na gloriosa história do desporto português e recebe profundo reconhecimento pelo povo de Coimbra.”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção do Deputado Municipal João Pinto Ângelo (CDU) [\(áudio 15:40 a 18:50 minutos - 1ª gravação\)](#)

Retomou a informação prestada pelo Presidente da Assembleia relativamente à Assembleia Municipal Jovem, lembrando a multiplicidade de eventos do Cinquentenário do dia 25 de abril.

Pronunciou-se relativamente ao voto de louvor, manifestando o apoio da CDU.

Intervenção do Presidente da Assembleia

Respondeu ao Deputado João Pinto Ângelo, dizendo que partilha dos mesmos receios de compatibilização de eventos, mas garantiu que, com bom senso, seria possível encontrar espaço e tempo para todas as comemorações do cinquentenário do 25 de abril.

Intervenção do Deputado Municipal Ferreira da Silva (PS) [\(áudio 25:18 a 26:05 minutos - 1ª gravação\)](#)

Fez referência ao falecimento de Artur Jorge, figura que marcou a Academia e a Secção de Futebol da Associação Académica de Coimbra, propondo um minuto de silêncio em sua memória.

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal

Com enorme pesar recebeu a notícia da morte de Artur Jorge, figura indiscutível no domínio do desporto em Portugal e especialmente em Coimbra.

Propôs o voto de louvor à deliberação da Assembleia.

Acedeu à proposta de Ferreira da Silva e propôs o minuto de silêncio em homenagem de Artur Jorge.

Deliberação nº 1/2024

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, ***por unanimidade***, aprovar o Voto de Louvor “*ao cidadão de Coimbra, e atleta, Diogo Matos Ribeiro pelo feito histórico conseguido nos Mundiais de Natação, em Doha, com as duas medalhas de ouro nas provas de 50 e 100 metros mariposa.*”

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Intervenção do Deputado Municipal Fernando Duque (CH) [\(áudio 30:25 a 32:05 minutos - 1ª gravação\)](#)

Parabenizou o Presidente da Câmara pela iniciativa do debate sobre a Justiça em Coimbra, com a apresentação do projeto de um novo Campus de Justiça, por via de uma solução em parceria Público-Público.

Sugeriu, a propósito, a criação de um Gabinete de Apoio Jurídico integrado na nova infraestrutura, para aligeirar os vários processos em curso na Câmara Municipal. Podendo atingir uma maior celeridade e eficiência na resolução destes graves impasses e suas consequências.

Afirmou que a possibilidade de venda, permuta ou reabilitação, do vasto património habitacional decadente que descaracteriza a cidade seria uma intervenção importante no combate à degradação urbana.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Propôs à Assembleia a criação de condições para a devolução de 25% do IMI aos proprietários com mais de 65 anos.

Intervenção da Deputada Municipal Graça Simões (CpC) (áudio 44:12 a 47:44 minutos - 1ª gravação)

Apresentou três questões. A primeira, relativa à habitação e sendo pública a rejeição do CpC à Estratégia devido ao “erro de guetização” no Ingote e em Taveiro e à hipoteca da pluralidade social, que hoje é o desígnio de todas as cidades que se querem desenvolvidas. Acrescentou as demais ações nesta “*lógica de atirar para as periferias tudo o que não é rico, nem bonito e que pode ser problemático*” (Serviço alimentar para os viadutos da Casa do Sal, Sem Abrigo para Larsã, AnaJovem para Cernache...) “*É uma lógica retrógrada, pouco humanista.*”

Centrou a questão em Taveiro, onde se vão instalar mil pessoas, e perguntou diretamente se além dos blocos de casas, estavam previstos equipamentos socioculturais e serviços que sirvam e dignifiquem o viver das famílias.

Insistiu no “*erro da Câmara não ter comprado os terrenos da IP*”, mas, apesar disso, disse que a Câmara pode multiplicar o exemplo do prédio do Largo do Romal e alojar pessoas. Perguntou, assim, se tinha sido considerada a hipótese de usar alguns dos lotes que a Câmara se prepara para leiloar e criar habitação acessível, diretamente, ou por protocolo com as cooperativas de habitação.

Proseguiu com a segunda questão, referente ao ambiente e com foco, “*de novo*”, na Portela do Mondego. Explicou que a erosão das margens do Mondego, sobretudo nas zonas que foram “*maltratadas*” pelo Município (em 2021) e pela APA (em 2023) continuam a arrastar toneladas de inertes para jusante, aumentando o risco de cheias.

Reconheceu que, após repetidos alertas dos moradores da Portela, o Município fez, a 15 de janeiro, uma parcial remoção de entulhos que, por falta de vedação eficaz dos acessos à margem, foram rapidamente substituídos por novos despejos. No entanto, nada foi feito quanto à proteção da margem, com a replantação de vegetação ripícola, apesar de as medidas estarem identificadas, conforme o Diretor do Departamento de Ambiente revelou em novembro, a margem está a ser desgastada todos os dias e todas as noites.

Passou ao terceiro tema que se prendia com a Carta Educativa. Referiu que no final de 2023, a vereação promoveu uma série de reuniões consultivas, uma das quais com os representantes dos grupos políticos da Assembleia. Lembrou que a urgência na elaboração do documento era justificada com a necessidade de candidatura a fundos europeus. Reforçou a urgência do instrumento para desenhar e aplicar uma política educativa, no entanto não tinham obtido qualquer desenvolvimento e *reflectiu* “*E agora vamos vendo grandes anúncios de grandes investimentos em escolas, mas sem sabermos o porquê. Afinal não é precisa a Carta Educativa para mobilizar os fundos? Afinal já não é precisa a Carta Educativa? Afinal aquela proposta 83 do programa da coligação no poder era só engano?*”

Intervenção do Deputado Municipal Ramiro Simões (PS) (áudio 01:29 a 14:39 minutos - 1ª gravação)

Comentou o artigo da autoria do Presidente da Câmara, publicado no Diário as Beiras, sob a questão “*Magia ou Estratégia?*” e, na senda, referiu que o atual estado do Iparque e a aquisição dos novos autocarros elétricos dos SMTUC eram resultado do anterior mandato.

Reconheceu que as obras em curso na cidade serão importantes no futuro, criticando, no entanto, a inexistência de um estudo para enquadrar os tempos das mesmas nas respetivas zonas, na perspetiva de minorar os “*efeitos nefastos*” no trânsito.

Assumiu que trazer os *ColdPlay* durante 4 noites ao estádio Cidade de Coimbra, foi bom, mas muitas das pessoas levaram uma imagem da cidade pouco acolhedora e como destino a não privilegiar.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Apresentou a resposta à referida crónica do Diário das Beiras de terça-feira, em que, no mesmo jornal, alguém afirma “*a qualidade de vida, nesta cidade pequena e modesta*”, e cito “*...desapareceu com alguns iluminados que idealizaram uma série de interminável de obras que quase bloqueiam a circulação da cidade*”(…) “*É pena não se poderem “deseleger” representantes municipais e por a limpar as ruas e jardins (que bem falta faz) os iluminados que planearam esta bagunça.*”

Intervenção do Deputado Municipal Pedro Cunha (NC) [\(áudio 48:14 a 51:53 minutos - 1ª gravação\)](#)

Propôs-se a falar do desenvolvimento de projetos socialmente relevantes, o primeiro, relativo à temática “*Promover o Bem-estar dos municípios, através de ações de Reabilitação e de Valorização de itens municipais*” e explicou que se detinham com ações de reabilitação: conserto das calçadas e de passeios (Calçada à Portuguesa enquanto Património Cultural da Humanidade); correção dos desnivelamentos de pisos pelo crescimento de árvores e de buracos no pavimento de ruas (mantendo os materiais pétreos originais típicos em ruas históricas); dar atenção cuidada ao lixo urbano; promover a informatização, com digitalização de documentação relevante, dos serviços de apoio ao cidadão; cuidar dos jardins e das áreas verdes; manter limpas e desimpedidas as linhas de água e com ações de valorização: Criação de pequenas zonas verdes no interior da malha urbana, com a possibilidade de nelas se poder caminhar, sentar e de se fazerem exercícios de ginástica; Continuada plantação de árvores típicas da paisagem mediterrânea histórica de Coimbra e não de espécies exóticas com pólenes que criam alergias e problemas respiratórios.

Proseguiu com o segundo “*Identificar, Caracterizar, Proteger e Possibilitar o usufruto público do Património Natural e Cultural de cada Freguesia*” :O Património Natural (Biológico e Geológico); portanto, acautelar a Biodiversidade e a Geodiversidade; O Património Cultural, com destaque para o património construído Romano e Medieval (em meu entender, o Medieval é ex libris do Município); Criar Sítios, Percursos temáticos, conteúdos adequados para visitantes, uma App para disponibilizar, integradamente, conteúdos de património; Acções por Freguesia e Accões das Freguesias articuladas no Município; O património natural e o património cultural são, actualmente, em muitos Territórios, o motor de um desenvolvimento económico sustentável.

Concluiu afirmando que há mais valias em envolver, nomeadamente em termos de investigação científica, a Universidade de Coimbra e que as Freguesias e o Município podem contar com a colaboração da UC para estes projetos de grande valor para a sociedade.

Intervenção do Deputado Municipal Rui Mendes (CDU) [\(áudio 48:35 a 54:04 minutos - 1ª gravação\)](#)

Retomou o “*assunto incontornável do caos no trânsito*”, apontando falta de planeamento e andamento das obras.

Questionou se seriam os empreiteiros que geriam a mobilidade e circulação na cidade e assinalou, ainda, a clara degradação dos transportes públicos coletivos e a total ausência de regulação do trânsito pela Polícia Municipal. Criticou, também, a comunicação dos condicionamentos de trânsito.

Perguntou para quando estaria prevista a aplicação dos passeios na Rua Brigadeiro Correia Cardoso, cujo pedido tinha sido submetido pela Junta de Freguesia de Santo António dos Olivais.

Apontou a avaliação do biénio 2021/2022 por concluir e acusou o Município de inércia que penalizava injustificadamente os trabalhadores, sendo transversal à aplicação do novo normativo “*acelerador de carreiras*”.

Comentou o artigo da autoria do Presidente da Câmara e pediu “*não nos atire lama porque somos todos políticos e temos todos a mesma dignidade*”.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção da Deputada Municipal Helena Mendes (CDS-PP) [\(áudio 54:22 a 59:31 minutos - 1ª gravação\)](#)

Tomou de exemplo o sector que, apesar de ser amplamente afetado pelos condicionamentos de trânsito, não se manifesta indignado com as dificuldades decorrentes das obras em curso. Enalteceu e reconheceu a resiliência do sector e recomendou à Câmara que ouvisse os seus representantes e atendesse às suas sugestões, nomeadamente, a praça de táxis junto à Estação Nova insuficientemente sinalizada e a necessidade de criação de uma pequena praça junto à paragem de autocarros *Flixbus*.

Intervenção da Deputada Municipal Isabel Garcia (PS) [\(áudio 00:01 a 03:49 minutos - 2ª gravação\)](#)

Criticou o facto de as obras acontecerem em vários locais ao mesmo tempo, dificultando o dia a dia da cidade.

Referiu que a situação dos sem abrigo, reportada por diversas vezes, e a insegurança na Baixa de Coimbra são temas preocupantes: “*Os empresários da Baixa de Coimbra vivem num constante sobressalto, num clima de insegurança com empresas a abandonarem os seus locais de trabalho e algumas lojas a fecharem.*”

Instou que “*o tão apregoado "Plano Marshall" para revitalizar a Baixa de Coimbra, não funciona*” e afirmou que as pessoas que habitam, trabalham ou passeiam na Baixa, têm de se sentir seguras, com confiança para permanecerem e desenvolverem a Baixa. Assim, perguntou “*Porque não utilizar a Polícia Municipal para fazer giros nos pontos fulcrais? Não seria também útil intensificar a iluminação nalgumas ruas esconsas e mal iluminadas da Baixa? A Associação de Comerciantes da Baixa já foi ouvida?*”

Intervenção do Deputado Municipal João Pinto Ângelo (CDU) [\(áudio 03:59 a 06:20 minutos - 2ª gravação\)](#)

Referiu que o Alma Shopping impedia os estafetas das plataformas digitais de estacionarem à frente das portas principais e dificultavam a sua circulação no próprio edifício, por isso, questionou se o Executivo poderia interceder para dignidade dos trabalhadores.

Intervenção do Deputado Municipal Ferreira da Silva (PS) [\(áudio 06:37 a 16:57 minutos - 2ª gravação\)](#)

Comentou o artigo de opinião que o Presidente da Câmara escreveu no Diário “*As Beiras*”, intitulado de “*Magia falsa*”. Parafraseou-o: “*na política, os candidatos a mágicos são todos falsos*” e fundamentou com o incumprimento de três promessas enunciadas no programa eleitoral da coligação: a rotunda do Almegue, as taxas urbanísticas, e a transferência de 10% do orçamento municipal para as freguesias. Contrapôs com o governo do PS que está a cumprir com as necessidades de mobilidade, financiando e construindo o MetroBus, na ferrovia financiando e construindo a Alta Velocidade com paragem em Coimbra que inclui a requalificação de Coimbra-B, financiando e construindo o novo Palácio da Justiça, financiando e construindo a Nova Maternidade.

Intervenção do Deputado Municipal Carlos Figueiredo (PSD) [\(áudio 17:20 a 26:26 minutos - 2ª gravação\)](#)

Criticou a atuação do Governo e situou Coimbra “*emparedada entre Lisboa e Porto, à frente de um interior que carece de atenção e coesão, que define sem gente nem motivos de fixação de população*”. Incitou à participação nas eleições e afirmou que a mudança seria possível.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

III-PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Intervenção do Presidente da Câmara

Enunciou as várias decisões importantes para Coimbra, tomadas nas últimas reuniões do Executivo: a realização da jornada de debate sobre o rumo da Justiça e do novo campus da Justiça em Coimbra, com a coorganização da Câmara Municipal, da UC, do DARQ, da Faculdade de Direito, do Tribunal Judicial de Coimbra, dos Tribunais Administrativos e Fiscais da Zona Centro e do Tribunal da Relação de Coimbra, com dois importantes momentos, o técnico-arquitetónico, de manhã, e o político, à tarde, com a presença dos cabeças de lista das principais forças políticas candidatas pelo círculo de Coimbra, que se comprometeram com Coimbra. Apresentaram alternativa de localização para o TAF e disponibilizaram a Câmara de Coimbra para, sob uma figura jurídica a definir e em acordo com o Governo, assumir a condução da construção do Palácio da Justiça, *“Entretanto, vão-se desperdiçando 850000 euros por ano em rendas devidas por localizações sem dignidade e sem condições para o exercício da Justiça.”*

Prosseguiu com a aprovação da abertura de três concursos públicos para a conceção-construção de 325 fogos de habitação, no âmbito de empreitadas do 1º Direito, com financiamento do PRR, em três locais do concelho: Quinta das Bicas, Bairro da Rosa e Vale Figueiras; a proposta “Plano Ciclável de Coimbra”, com a criação de 209 quilómetros de novas ciclovias em continuidade com a rede atual, que tem 26 quilómetros, e ainda o estudo prévio para a Extensão da ciclovia de Coimbra à Solum - Eixo Alto de S. João/Cidral, numa extensão de dois quilómetros, por dentro da malha urbana, que pode custar cerca 2,8 milhões de euros, segundo estimativa dos serviços municipais, numa estratégia coerente e planeada de extensão das mobilidades suaves, não só para lazer, mas também para trabalho, contribuindo decisivamente para a descarbonização e um melhor ambiente na cidade e no concelho; a Câmara Municipal cedeu a antiga Escola EB1 de Alcarraques à União de Freguesias de Trouxemil e Torre de Vilela, para criação de um centro cívico, e as EB1 de Casconha e de Feteira à Junta de Freguesia de Cernache para local de formação e atividades, sendo a cedência renovável por cinco anos, no âmbito da política de *“dar vida a edifícios devolutos”*; a aprovação da proposta de abertura de um concurso público da empreitada de amplificação e requalificação da Escola EB1 da Conchada, cujo preço base do procedimento é de 1,1 milhão de euros, com um prazo para a empreitada de 18 meses; o protocolo entre o Município e a Associação Rodinhas de Portugal, destinado à cedência, gratuita, das instalações situadas no Bloco 14, no Bairro da Rosa, na União de Freguesias de Eiras e São Paulo de Frades, para o desenvolvimento das atividades e instalação da sua sede; o procedimento de hasta pública para concessão do direito de uso privativo de 10 Jazigos do Cemitério Municipal da Conchada, *“há dezenas de anos ao abandono e a degradarem-se, transmitindo uma má imagem de um cemitério lindíssimo e histórico”*, que está em vias de classificação, pelo que se aplica a proteção legal prevista na Lei nº 107/2002; aprovação da abertura do concurso público para realização da empreitada de “Recuperação do Jazigo Municipal com Columbário”, do Cemitério da Conchada”, com o preço base de 1.058.942,79 € e com o prazo de execução de 360 dias; a aprovação do concurso público da empreitada “Convento São Francisco - Estabilização na Encosta Poente da Calçada de Santa Isabel”, com o preço base de 1,7 milhões de euros, com um prazo de execução de 365 dias, para a estabilização geotécnica da referida encosta do Convento, que apresenta evidentes sinais de instabilidade; a aprovação do anteprojecto do futuro Centro Escolar de Santa Apolónia, poderá custar 6 milhões de euros; a aprovação do “Estudo de Renovação da Frota do Município de Coimbra”, que exigirá uma disponibilidade financeira superior a 1,5 milhões de euros, faseadamente, até 2026. A frota, não SMTUC, da Câmara, num estado de elevada decomposição, é constituída por 60 viaturas do tipo pesado e 121 viaturas do tipo ligeiro de passageiros e mistos e tem uma idade média de 19 anos, com um custo anual (em combustíveis e manutenção) de 1,1 milhões de euros. Este investimento, que é emergente, permitirá uma redução de custos de manutenção e de combustíveis, e uma forte melhoria da eficiência energética e das vantagens a nível



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

ambiental; o reconhecimento do Café Oásis, fundado em 1951, como estabelecimento de interesse histórico e cultural municipal em respeito pela história recente de Coimbra, antes e depois do 25 de Abril; o financiamento de três empreitadas das Águas de Coimbra, que visam resolver situações pontuais de inundações, que muito incomodavam as populações: construção de coletores de águas pluviais na rua do Cimo, em Souselas, e na rua da Mina, em Vila Nova de Cernache e a obra designada de “*Sistema de minimização do refluxo de águas do rio Mondego na rede de drenagem de águas pluviais da zona envolvente à Quinta da Várzea*”; a aprovação do estudo prévio da “*ARU COIMBRA Universidade / Sereia | Requalificação Urbana do eixo Alta Universitária - Praça João Paulo II – Sereia*”, com abertura a consulta pública, que vai humanizar progressivamente, a Alta e o espaço do polo I da UC e que contou com a aprovação prévia da UC.

Reconheceu e agradeceu que todos os serviços camarários estão “*a dar o litro e meio*“, dedicando uma palavra especial à Divisão de Apoio às Freguesias. A Divisão de Apoio às Freguesias tem as obras praticamente em dia, representando um grande esforço de recuperação dos atrasos do passado: dos 83 projetos preconizados para o período 2018 a 2021, encontram-se 79 concluídos, faltando 4 por elaborar e/ou reformular. Devido à complexidade e/ou intervenção de várias entidades dos 4 projetos em falta, estes encontram-se dependentes de documentos por parte das Freguesias/União das Freguesias; dos 39 projetos referentes aos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências de 2022, 38 projetos já foram aprovados, faltando apenas 1 projeto que se encontra em elaboração, com 14 obras já estão concluídas e 7 estão em execução; dos atuais 30 projetos referentes aos Contratos Interadministrativos de 2023, 22 estão aprovados, estando 8 projetos em elaboração. Salientou, ainda, que a Divisão de Apoio às Freguesias continua a dar apoio técnico a várias associações do concelho, para que os seus antigos problemas sejam finalmente ultrapassados.

Recomendou a leitura e análise da auditoria à dimensão financeira do processo de descentralização de competências realizada pelo Tribunal de Contas e publicada como RELATÓRIO N.º 1 de 2024. Explicou que a Câmara de Coimbra foi escolhida para ser uma das 6 autarquias auditadas, em todo o país, tendo apenas em 4 sido desenvolvido trabalho de campo diretamente nas instalações, incluindo Coimbra e salientou que, ao contrário do que fez relativamente a outras autarquias auditadas, o Tribunal de Contas não produziu nenhuma recomendação à Câmara de Coimbra.

Lamentou que, “*inexplicadamente*”, a Câmara de Coimbra continua a não receber do Governo a verba a que tem direito no âmbito da descentralização da educação. O deficit apurado relativamente a 2022, e enviado à DGAL, em recursos humanos é de 537 mil euros. A DGAL, alegando falta de recursos humanos, ainda não se pronunciou. No total das despesas, o déficit de 2022 é de 1,8 milhões de euros. Os valores relativos a 2023, prestes a ser encerrados; o deficit será ainda mais gravoso, dado que o preço das refeições é superior, os custos de conservação são maiores e as despesas energéticas subiram.

Destacou a questão dos recursos humanos em que o Ministério da Coesão Territorial referiu no contraditório, que “*Quando os municípios optam por incorrer em despesas adicionais, como a contratação de Pessoal Não Docente acima do rácio definido pelo Ministério da Educação por ex., estão no exercício da sua autonomia política. É, por isso, entendível que essas opções sejam de facto asseguradas por meios próprios à disposição dos municípios, sem colocar em causa a sua autonomia orçamental.*” E recusou o argumento, dizendo que para prestar um bom serviço aos jovens, particularmente aqueles com necessidades especiais, é necessário contratar mais pessoal não docente, instando para que os rácios fossem urgentemente revistos, para não onerar ainda mais o orçamento camarário por causa da descentralização da Educação.

Centrou-se nas questões levantadas pela Assembleia e esclareceu, desde logo, que a ANAJovem expandir-se-ia para Cernache.

Referiu que estava prevista a recuperação de mais edifícios na Baixa, mas os valores pedidos por alguns edifícios “*são inoportunos*”, o que não facilita a missão de repovoar a Baixa. Acrescentou, ainda, as várias iniciativas que promovidas, em paralelo, para reanimar a Baixa de Coimbra, para além da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Residência de Estudantes que irá mudar o paradigma daquela zona da cidade, trazendo *“vida, irreverência, juventude, movimento e segurança à Baixa de Coimbra”*.

Imputou a responsabilidade pela erosão das margens do Mondego à APA, sendo que já tinham instado a realização de obras na margem direita para reestabelecer a galeria ripícola e, sobretudo, proteger a margem. Avançou, a propósito, o novo desassoreamento planeado em parceria com a APA para que fosse levado a efeito com maior eficácia.

Esclareceu que a Barragem de Girabolhos está prevista desde o primeiro plano da bacia hidrográfica do Mondego *“a não construção tem impactos tremendos no baixo Mondego como já teve nas grandes cheias de 2019”*. Afirmou que a construção da Barragem de Girabolhos *“é essencial e é uma emergência para Coimbra e para o Baixo Mondego”*.

Avançou que a Carta Educativa está em fase final, sendo que a equipa técnica só recentemente entregou o documento para revisão pelo Executivo.

Reconheceu que ainda tinham algumas promessas por cumprir e frisou que o Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável de Coimbra se estende ao longo de 8 anos.

Referiu que a sincronização das obras da AdCL foi recusada pelo Executivo anterior e que as obras acontecem todas ao mesmo tempo porque o metro bus vai circular em via dedicada sem possibilidade de se desviar de eventuais obras que pudessem surgir no seu trajeto.

Definiu as questões de segurança da Baixa como sendo competência do Governo e não das autarquias e reivindicou a falta de efetivos da PSP.

Explicou que os agentes da Polícia Municipal estão na rua por indicação do Executivo, a ajudar a regular o trânsito no que é possível e adiantou que recebem quase diariamente reclamações por estacionamento abusivo.

Afirmou que a cada alteração na mobilidade que afete os Táxis as associações de representação são ouvidas e, têm, inclusive, colaborado na busca de soluções transitórias.

Disse que o projeto dos passeios da Rua Brigadeiro Cardoso está feito e as expropriações estavam encetadas.

Esclareceu que as indicações do Executivo aos trabalhadores, dirigentes e chefias que desenvolvem o SIADAP são no sentido de acelerarem o processo e os procedimentos.

Tratou o problema das árvores exóticas urbanas, defendendo uma Política Nacional de Arborização *“para que houvesse garantia aos viveiristas de que tinham uma perspectiva de plantar árvores autóctones para serem utilizadas obrigatoriamente nos meios urbanos”*.

Concluiu, na senda da aposta no turismo, que a Divisão de Turismo tinha lugar aberto para o quadro.

Intervenção do Deputado Municipal João Malva (CpC) [\(áudio 14:25 a 19:10 minutos - 3ª gravação\)](#)

Lembrou os elogios do Presidente da Câmara à Estratégia Municipal da Saúde e ao Plano Municipal de Saúde desenvolvido pelo Executivo anterior, lembrou, também, a medida 92 do seu programa eleitoral e, a propósito, referiu que muitas das medidas incluídas no plano estão adiadas ou esquecidas pelo que recomendou que fosse apresentado um relatório de execução na próxima Sessão da Assembleia. Centrou-se na medida *“Criação do Plano de Envelhecimento Ativo e Saudável”*, que deveria ter sido concretizada no 3º trimestre de 2023, na senda, recordou que o CpC vinha alertando para a pertinência da criação de um *“Campus da Vida”* e *“Laboratório do Envelhecimento”*, envolvendo o consorcio Ageing@Coimbra e o Hospital Pediátrico. Citou a medida 96 do Programa Eleitoral da Coligação *“Coimbra é uma região europeia de referência para o envelhecimento ativo e saudável”* onde promete criar uma academia do bem-estar no processo de envelhecimento e refere que as instalações do antigo Hospital Pediátrico poderiam ser aproveitadas para esse efeito.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Questionou qual o orçamento para a co-curadoria na Casa da Escrita nos últimos seis meses, designadamente “*quantos euros foram gastos por cabeça*” e recomendou a apresentação de contas semestral.

Exigiu consultar o relatório fitossanitário em que se fundamenta a medida de abate das árvores da Rua Lourenço de Almeida Azevedo e instou num espaço de discussão técnico científico com contraditório.

Intervenção do Deputado Municipal Manuel Rocha (CDU) [\(áudio 19:20 a 26:45 minutos – 3ª gravação\)](#)

Lembrou que Coimbra estava representada no Parlamento, exclusivamente, por deputados do PS e do PSD e, por isso, inferiu responsabilidades “*pelas fusões hospitalares, destruindo equipas, capacidade operacional, eficácia e eficiência dos serviços*”; a “*criação da Unidade Local de Saúde de Coimbra, que abrangerá mais de 350.000 habitantes e mais de 10.000 trabalhadores numa área de cerca de 7.000 Km quadrados que irá acotovelar-se num mesmo serviço de urgência*”

Questionou, a propósito, o que fizeram os deputados eleitos por Coimbra a favor da mobilidade e porque motivo nunca viabilizaram o financiamento dos SMTUC pelo Orçamento de Estado. No âmbito da sustentabilidade ambiental, perguntou pelo apoio à agricultura familiar de proximidade.

Afirmou “*O direito à habitação transformou-se, aqui, num privilégio de poucos. (...) enriquecendo fundos imobiliários e demais especulações, sem que seja criado um quadro legal que conjugue ganhos legítimos com o direito à habitação*”

Enunciou as deliberações da Assembleia da República: Diploma que elimina o chamado «adicional ao ISP» e a dupla tributação dos combustíveis (IVA sobre ISP). Votação em 2023-10-20. Rejeitado. Contra: PS, PSD; Diploma que Limita o aumento das rendas nos contratos em vigor e nos novos contratos de arrendamento habitacional. Votação em 2023-10-25. Rejeitado. Contra: PS, PSD, CH, IL; Diploma que Aprova medidas para mais justiça fiscal visando aliviar os impostos sobre o trabalho e o consumo de bens essenciais e acabar com os regimes de privilégio das grandes fortunas e lucros. Votação em 2023-09-20. Rejeitado. Contra: PS, PSD; Diploma que Procede à atualização das bolsas de investigação científica e respetivas componentes, repõe os subsídios cortados e elimina as taxas de doutoramento. Votação em 2023-04-21. Rejeitado. Contra: PS, PSD; Diploma que estabelece o Acesso ao Título de Reconhecimento do Estatuto da Agricultura Familiar e Programa de Valorização da Agricultura Familiar e do Mundo Rural. Votação em 2023-02-17. Rejeitado. Contra: PS, PSD; Diploma que estabelece o Regime extraordinário de proibição de penhora e execução de hipoteca de habitação própria permanente. Votação em 2023-05-19. Rejeitado. Contra: PS, PSD, IL; Diploma que Reforça dos apoios ao alojamento no Ensino Superior. Votação em 2022-10-21. Rejeitado. Contra: PS, PSD (com a abstenção de seis deputados do PS, nenhum deles de Coimbra. Ao rol que aqui se trouxe podemos ainda juntar o arrastamento de solução para o IP3. A inoperância dos deputados eleitos pelo círculo de Coimbra – do PS e do PSD – é, também neste caso, notória. “

Defesa da Honra Rui Mendes (CDU)

Lamentou que as culpas pelos atrasos na avaliação do SIADAP tivessem sido imputadas aos trabalhadores, acusando o Executivo de agir de forma incompetente.

Intervenção do Deputado Municipal Luís Silva (PS) [\(áudio 29:47 a 34:18 minutos - 3ª gravação\)](#)

Sugeriu, mais uma vez, que se ponderasse a possibilidade de um intervalo no decorrer dos trabalhos entre o Período Antes da ordem do Dia e o Período da Ordem do Dia.

Reforçou o problema da Polícia Municipal que parece centrar a sua atuação em parques de estacionamento com paquímetro em vez de se focar na segurança das pessoas, nomeadamente, no



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

combate ao estacionamento abusivo em cima de passeios ou passeadeiras. Acrescentou, ainda, que enviou emails e fez denúncias nas aplicações à Polícia Municipal e nunca obteve qualquer resposta.

Intervenção do Presidente da Câmara

Referiu quanto à Casa da Cidadania da Língua, à semelhança da Casa Miguel Torga, que precisavam de mais financiamento e que os recursos humanos estavam a ser levados ao limite tal o ritmo que imprimiam.

Esclareceu que estava previsto o abate de 43 das árvores da Rua Lourenço de Almeida Azevedo pelo anterior Executivo e que, com o plano atual, conseguiram “salvar” 32 árvores, não sendo possível salvar as restantes porque colidem com o canal de metro bus.

Evidenciou que, em termos formais e políticos, o Executivo tem a responsabilidade do SIADAP, “*mas nenhuma Câmara funciona só com o seu Executivo, funciona com os seus trabalhadores também, com os seus serviços e com os seus dirigentes*”.

Afirmou que a promessa de reforços na Polícia Municipal tinha sido cumprida com o recrutamento de mais agentes, a entrega de dois carros elétricos e novos equipamentos de segurança e informática e mais condições nas instalações.

Dirigiu-se ao Deputado Luís Silva para congratular a denúncia e incentivo à respetiva multa das circunstâncias referidas e afixou que, com a autonomia dos 14 novos agentes, seria possível uma maior rede de atuação. Solicitou, ainda, que o Deputado lhe reencaminhasse os emails que não foram respondidos para que, junto do Comandante da Polícia Municipal, apurasse o sucedido.

Intervenção do Deputado Municipal Ferreira da Silva (PS) [\(áudio 44:01 a 54: minutos - 3ª gravação\)](#)

Contestou as obras da AdCL, cujo contrato escrito, datado de dezembro de 2004, tinha como objeto a cedência de infraestruturas da Câmara à AdCL, onde a contraparte se compromete a executar a conduta adutora até à ETAR do Choupal até dezembro de 2008.

Referiu a aplicação de multa por responsabilidade financeira pela prática da mesma ilegalidade que tinha acusado o Executivo antecessor, devido aos procedimentos concursais para cargos de direção e, com base na suspensão, a nomeação em regime de substituição de 63 dirigentes dos serviços municipais com efeitos a 1 de janeiro de 2023 e que ainda vigora.

Confirmou a diferente factualidade entre os mandatos, dizendo que, desde logo, prova da consciência da ilicitude do atual Presidente de Câmara é a sua anterior denúncia ao Tribunal de Contas e enunciou circunstâncias de imprevisibilidade que requeriam serviços prontos e estruturados, como foram o Furacão Leslie, as inundações do Mondego ou a Pandemia.

Defesa da Honra João Malva (CpC)

Esclareceu que, quando se referiu à medida 92 do Programa Eleitoral, estava a remeter para o cumprimento do Plano Municipal de Saúde que, por sua vez, se compromete com a métrica do terceiro trimestre de 2023.

Intervenção do Presidente da Câmara

Assumiu que não pagou a multa proposta pelo Tribunal de Contas para evitar que o processo prosseguisse no Ministério Público, porque quer dirimir a querela em sede própria.

Refletiu que os dados online indiciam que não haverá nenhuma autarquia no país que cumpra a legislação que se encontra desadequada relativamente à atual realidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Distinguiu o incumprimento deliberado da lei durante 8 anos de, ao invés, na senda de uma reestruturação e com fundamento no parecer favorável da CCDR- Centro o Tribunal de Contas nomear dirigentes para os serviços em nome do interesse público.

Citou a carta sobre a empreitada de requalificação do espaço público e estabilização os muros da margem direita do rio Mondego interferência com infraestruturas da AdCL enviada ao anterior Presidente da Câmara: “ conforme é do conhecimento dessa autarquia está previsto no plano de investimentos da AdCL a construção e uma conduta adutora entre a arregaça e açude-- ponte (...) e de um emissário de águas residuais entre a praça 25 de abril e o açude -ponte (...) o traçado destas estruturas desenvolve-se ao longo ao longo do canal destinado ao Metro Mondego e à futura Avenida da Lousã(...) Assim e de forma a não atrasar e ou mesmo impossibilitar a execução simultânea dessas infraestruturas, a reabilitação dos muros da margem direita do rio Mondego e a conduta emissária da AdCL, comos pelo presente a questionar V. Ex^a se tem alguma projeção e ou comentário à realização simultânea destes trabalhos, pelo que pelo mesmo consorcio adjudicatário e no mesmo espaço físico e temporal de forma a minimizar os sempre inconvenientes incómodos para a população utilizadora deste espaço com tudo o que isso representa reduzindo simultaneamente os impactos nesta zona da cidade , a qual tem bastante procura “inferiu “ como sabemos a simultaneidade não aconteceu “.

2. Alteração modificativa/revisão ao Orçamento nº1 de 2024

Deliberação nº 2/2024

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, **por unanimidade**, aprovar a Alteração Modificativa/Revisão ao Orçamento n.º 1 de 2024, justificada pela inserção de um novo projeto nas Grandes Opções do Plano de 2024, de acordo com a proposta apresentada pela Divisão de Saúde, no valor total de 30,00 € de reforços e anulações no Orçamento da Despesa.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

3. Incorporação do saldo da gerência de 2023 no Orçamento dos SMTUC de 2024 e aprovação dos mapas de desempenho orçamental e de fluxos de caixa de 2023 Alteração Orçamental Modificativa SMTUC

Deliberação nº 3/2024

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, **por unanimidade**, aprovar o Mapa de Fluxos de Caixa e a incorporação do Saldo da Gerência de 2023, no valor de 391.699,36€ no Orçamento dos SMTUC de 2024.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

4. Alteração Orçamental Modificativa SMTUC

Deliberação nº 4/2024



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, **por unanimidade**, aprovar a 2.^a Modificação aos Documentos Previsionais – 1.^a Alteração Modificativa (Revisão Orçamental) do Orçamento dos SMTUC de 2024.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

5. Relatório económico-financeiro do 3.º trimestre de 2023 – Águas de Coimbra, E.M

A Assembleia Municipal de Coimbra **tomou conhecimento** do Relatório económico-financeiro do 3.º trimestre de 2023 – Águas de Coimbra, E.M.

6. Alteração ao Contrato de Empréstimo de Médio Longo Prazo 2023- Lote 2

Intervenção do Deputado Municipal João Malva (CpC) [\(áudio 07:10 a 08:20 minutos - 4ª gravação\)](#)

Lembrou as advertências relativas às irregularidades do Lote 2 aquando da votação na sessão extraordinária de 2023.

Questionou o motivo pelo qual o Executivo pretende comprar à Santa Casa da Misericórdia a “falésia que desmorona “?

Preveniu que aceitavam as obrigações a que a Câmara está adstrita para consolidação dos taludes, no entanto, não assentiam que as obras implicassem a compra, por 200.000,00€, “de uma parede de pedra”, quando a Santa Casa poderia ceder a propriedade vertical e a câmara realizar as obras ou, por outro lado, as obras serem realizadas em terreno privado, por interesse público.

Intervenção do Deputado Municipal Ferreira da Silva (PS) [\(áudio 09:10 a 12:14 minutos - 4ª gravação\)](#)

Remeteu para as recomendações e contributos do PS nas reuniões dos órgãos executivo e deliberativo.

Apresentou a declaração de voto que entregou à Mesa:

” Como consta da documentação disponibilizada pela deliberação n.º 1241/2023 foi aprovada a abertura de procedimento de consulta por convite a sete entidades bancárias para a contratação de empréstimo a médio e longo prazo do ano de 2023.

O júri propôs a adjudicação que fundamentou da proposta da Caixa Geral de Depósitos da qual entre outras condições consta a modalidade de utilização era imediata, o prazo de amortização de 18 meses de carência e a relação nominativa dos investimentos eram outros, neles se incluindo a aquisição de um terreno de Eiras, uma indemnização por expropriação de uma parcela há mais de 20 anos, a construção de novas redes pluviais, a aquisição de dois terrenos para o IParque e a requalificação da estrada de Eiras, que agora não já não fazem parte daquela relação e bem, como o PS antes tinha reclamado.

Teve, pois, razão o PS que lamenta que a Câmara Juntos Somos Coimbra não tenha então acolhido os seus contributos para a boa administração. As explicações do PS encontram-se na acta de 27 de Julho de 2023.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Agora substituídos aquela relação de investimentos por outros, o montante do empréstimo atinge os mesmos 10.500.000,00€.

Embora o PS discorde das opções políticas que hipotecam o futuro deste município, não quer de alguma maneira entorpecer ou bloquear a acção desta Câmara. Disso não se poderá queixar a coligação Juntos Somos Coimbra.

No entanto não podemos deixar de chamar à atenção da alteração da proposta de financiamento apresentada pela Caixa Geral de Depósitos do financiamento e que consiste de agora o prazo de carência passar a ser 36 meses, o desembolso do empréstimo será efetuado perante o pagamento de faturas relativas à sua execução, quando antes era de entrega imediata.

A transparência, a igualdade e a concorrência são os três grandes princípios que moldam o regime geral da contratação pública em todas as suas dimensões.

A adjudicação de um empréstimo objeto do procedimento de consulta, o critério de adjudicação deve estar definido previamente à abertura do procedimento e nele deve ser indicado os documentos que servem de base à explicitação dos fatores que intervêm no critério da proposta, em igualdade de circunstâncias para todos os convidados.

O júri do concurso não pode introduzir fatores novos de ponderação.

Por tudo isso, o PS tem o justo receio de se encontrarem violados com a alteração da proposta inicial apresentada pela Caixa Geral de Depósitos, pelo menos os princípios da transparência, da publicidade, da imparcialidade e isenção com a referida alteração.

Tendo em conta, porém que o Tribunal de Contas exerce o controlo prévio e preventivo sobre a contratação do empréstimo e assim sobre o controlo da sua legalidade, se abstém, provendo assim ao cuidando da sua regularidade legal.”

Intervenção do Presidente da Câmara

Referiu, quanto à encosta de Coselhas, que para fazerem a obra, tinham de comprar o terreno que permite o acesso à mesma e avançou que o terreno seria aproveitado para futuras construções.

Afiançou o tratamento do processo pelos serviços e posteriormente, quando remetido ao Tribunal de Contas, as recomendações para alteração da forma do empréstimo.

Recorreu à ata da sessão extraordinária de 2023 e à intervenção do Deputado Ferreira da Silva para evidenciar que algumas das ilegalidades indicadas pelo PS não se confirmaram.

Esclareceu que estava em causa o aperfeiçoamento do pedido de empréstimo na medida que melhor defende o interesse público, porquanto não necessitam de receber o empréstimo quando a obra ainda não iniciou.

Deliberação nº 5/2024

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, **por maioria** de 26 votos a favor (11- PSD; 5- CDU; 4- NC; 4- CDS-PP; 1-PPM e 1- CH), 2 votos contra (2-CpC) e 20 abstenções (20- PS), aprovar as cláusulas contratuais constantes da alteração do contrato de Empréstimo do Lote 2, da Caixa Geral de Depósitos, referência 2515/003350/091, (ANEXO 10), com destaque:

–Natureza do Empréstimo: Abertura de Crédito



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

–Finalidade:

Empréstimo Médio Longo Prazo – Lote 2 - Financiamento dos investimentos do PPI:

Imóvel Praça do Comércio (Rua Eduardo Coelho)	603 000,00
Imóvel Rua João Cabreira, 26-28	342 000,00
Imóvel Rua da Nogueira, 1-5	267 187,50
Estabilização da encosta Poente do Convento/Calçada Sta. Isabel	1 869 741,55
Projeto do Centro Cívico do Bairro do Ingote	584 730,00
Escola do 1º CEB da Conchada - remodelação e ampliação	1 200 000,00
Beneficiação e remodelação do edifício dos Paços do Concelho	740 812,50
Projeto e construção Novo Arquivo Municipal de Coimbra	3 462 528,45
Obras de estabilização de taludes na Estrada de Coselhas	1 430 000,00
	10 500 000,00

–Valor do empréstimo: 10.500.000,00 €;

–Prazo total do empréstimo: 20 anos (240 meses);

–Prazo de Amortização: 20 anos (240 meses), com 36 meses de carência;

–Modalidade de utilização: a quantia disponibilizada será entregue pela CGD, por uma ou mais vezes, sendo que os desembolsos ocorram face ao pagamento de faturas relativas à execução dos investimentos previstos e até ao respetivo valor parcial constante no contrato;

–Plano de reembolso: Amortizações do capital constantes e semestrais;

–Amortização do capital antecipada voluntária: sem penalizações;

–Taxa de juro contratual: Taxa variável indexada à Euribor a 6 meses correspondente à média aritmética simples apurada com referência ao mês imediatamente anterior ao do início de cada período de contagem de juros, arredondada para a milésima do ponto percentual mais próxima, acrescida de spread de 0,54 %;

–Periodicidade de juros: semestral;

–Apresentação do serviço total da dívida para o período de 20 anos;

–Garantia a prestar pelo Município: a decorrente da lei;

–Comissões – isentas.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Declaração de Voto do Deputado Municipal João Pinto Ângelo (CDU)

Explicou que os pressupostos e conteúdos do empréstimo tinham sido votados em sessão extraordinária e, por isso, não se trata de decidir o empréstimo, mas antes, decidir a retificação do empréstimo de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

acordo com as propostas do Tribunal de Contas, que, por sua vez, não detetou qualquer ilegalidade face aos procedimentos adotados.

Declarou que a CDU tinha votado favoravelmente pelas razões apresentadas.

Declaração de Voto do Deputado Municipal João Malva (CpC)

Afirmou que votaram contra porque os pressupostos em que assenta o pedido de empréstimo tem a ver com questões de gestão do dinheiro público e com as opções políticas do Executivo, nomeadamente a reestruturação dos quadros do Município.

7. Procedimento de alienação de prédios do domínio privado municipal em Hasta Pública

Intervenção do Presidente da Câmara

Esclareceu que procuravam gerir de forma parcimoniosa o património público e que ter bens públicos imobilizados sem qualquer benefício para os munícipes, criando, inclusive, prejuízo ao manter os espaços, não se justifica e representa má gestão.

Avançou que o Lote 1 estava há 28 anos na posse da Câmara, o imóvel em Assafarge e Antanol estava há 35 anos na posse da Câmara, o de Santa Clara e Castelo Viegas estava há 21 anos, em Santo António dos Olivais está há 16 anos, o mais valioso, com duas parcelas está a 22 e 27 anos, um outro na mesma freguesia está há 37 anos “*inúteis, desaproveitados (...) estão há dezenas de anos na posse da Câmara sem utilidade nenhuma*”.

Explicou que, com a receita teriam financiamento para o imóvel do Rancho Folclórico das tricanas na Baixa de Coimbra, o arranjo do telhado e retirada do amianto da escola básica de Ceira, a requalificação da torre das eiras em Torre de Vilela; a reabilitação de pontos em Ceira, em sério risco de ruína, a construção da primeira creche municipal de Coimbra, a requalificação do pavilhão e dos espaços exteriores da Escola Secundária D. Dinis, os projetos para as escolas básicas Alice Gouveia e D. Duarte; as obras de conservação da Casa Municipal da Cultura e de adaptação da antiga cantina; reforço de financiamento para o novo Centro Operacional Integrado da Proteção Civil, instalação de ecocentros municipais; o alargamento do sistema de videovigilância da Baixa, a nova ambulância da Companhia de Bombeiros Sapadores a estabilização do talude da estrada de Coselhas; requalificação da rua de Moçambique.

Apelou à Assembleia Municipal que aprovasse o proposto “*É para resolver problemas concretos dos munícipes que nós queremos fazer esta hasta pública: é uma medida de boa gestão*”.

Intervenção da Deputada Municipal Graça Simões (CpC) [\(áudio 33:00 a 35:04 minutos - 4ª gravação\)](#)

Reconheceu que a venda de imóveis que não tenham aptidão para nenhuma das funções essenciais do Município, incluída numa operação de gestão urbanística podia ser uma boa medida, de forma que deixassem de figurar pequenas áreas de cedência à Câmara “*inúteis*.”

Distinguiu a possibilidade de o Município abdicar de usar património seu para apoiar Cooperativas de Habitação, construção de habitação a custos acessíveis, pela própria Câmara ou em co-construção. As áreas de alguns dos lotes em análise, permitiriam criar habitação para jovens famílias ou para agregados de menores recursos, no âmbito do *Programa Primeiro Direito*. Afirmou que, em vez de leiloar,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

reabilitar e reconstruir “*esse é um dos melhores caminhos na nossa opinião, por isso, votaremos contra esta alienação.*”

Intervenção da Deputada Municipal Margarida Pocinho (CDS-PP) [\(áudio 35:46 a 38:37 minutos - 4ª gravação\)](#)

Parabenizou a Vereadora Ana Cortez Vaz por procurar dar a melhor resposta à política da habitação social e esclareceu que o imobiliário descrito nos documentos não tem potencialidades de responder de forma eficaz a esse desígnio.

Avançou que o Executivo tinha, criteriosamente, entregado 75 habitações no ano 2023 e 9 habitações nos primeiros dois meses do ano 2024.

Declarou, em nome do CDS-PP, que votariam favoravelmente.

Intervenção do Deputado Municipal João Pinto Ângelo (CDU) [\(áudio 38:56 a 44:51 minutos - 4ª gravação\)](#)

Afirmou que a alienação de imobiliário é uma questão legítima de quem é responsável pela gestão do Município, “*principalmente num Município confessadamente carente financeiramente*”.

Questionou qual a composição da comissão a designar e se o Município admitia a possibilidade de baixar o preço base face à deserção de propostas.

Lembrou, ainda a propósito, a insistência da Cooperativa do Mondego que logrou o apoio da Vereadora Ana Cortez Vaz e do Presidente da Câmara para a cedência de terrenos para construção a custos acessíveis e concluiu que não votariam a favor da hasta pública.

Intervenção do Deputado Municipal Vítor Parola (PS) [\(áudio 45:30 a 53:50 minutos - 4ª gravação\)](#)

Lamentou a tardia explicação que o Presidente da Câmara tinha apresentado à Assembleia na intervenção antecedente, quanto ao destino da receita da hasta pública.

Referiu que a venda de património deve ser encarada como uma prática excepcional e de forma muito escrutinada. Acrescentou que a hasta pública surgia em contramedida com a Estratégia Municipal de Habitação, uma vez que o Executivo tinha investido na aquisição de terrenos fora da cidade para construção e habitação social em massa “*criando um novo Ingote em Taveiro*” e abdicando, assim de construir habitação de forma inclusiva, integrada desconcentrada, com financiamento do PRR.

Questionou, ainda, a alienação da casa de habitação nos Olivais, quando estão ativos mais de 500 pedidos de habitação social.

Avançou que “*dada a opacidade do processo que até agora tínhamos e o impacto no Município que devia ser encarada como uma prática excepcional o Grupo Municipal do Partido Socialista vê se forçado a votar contra esta alienação, não está assegurado, com total transparência, o interesse público desta alienação*”.

Intervenção do Presidente da Câmara

Afirmou que o Executivo queria apoiar as cooperativas e se pudessem entregar terrenos a cooperativas tê-lo-iam feito, mas a lei, naturalmente, não permite favorecer particulares.

Recusou as acusações de falta de transparência e instou na importância dos debates da Assembleia para enformarem as tomadas de decisão dos deputados, afiançando que prestavam as informações no ponto próprio da ordem de trabalhos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Explicou que o avaliador externo determinou o preço base e o mercado ditará o valor final da aquisição, sendo que a alienação não pode ser abaixo do preço que está determinado pelo avaliador e que corresponde ao mínimo de licitação.

Concluiu “*estamos a valorizar bens camarários que estão em pousio, de ervas e roedores, há três décadas*” (...) “*Entregávamos os terrenos ao 1º Direito e não beneficiávamos um cêntimo porque não podemos vender terrenos da Câmara ao PRR, (...) assim, nós podemos fazer hipoteticamente 3 milhões de euros para investir nas pessoas e nas freguesias e adquirimos terrenos que não custam nada à Câmara porque são financiados a 100%*”.

Refutou a afirmação do deputado Vítor Parola dizendo que o apartamento nos Olivais “*é uma ruína*”, mas que eventualmente poderá servir para a expansão de uma atividade comercial em benefício da comunidade.

Defesa da Honra do Deputado Municipal Vítor Parola (PS)

Esclareceu que não era de forma leviana que o Partido Socialista tomava esta posição e sugeriu a suspensão do ponto da ordem de trabalhos até à próxima Sessão da Assembleia.

Defesa da Honra do Deputado Municipal João Pinto Ângelo (CDU)

Remeteu para o artigo 27.º da Lei de Bases da Habitação onde se lê expressamente que “*são instrumentos de promoção da habitação pública a cedência de terrenos ou imóveis para habitação cooperativa*” e acrescentou o exemplo da deliberação aprovada por unanimidade na Assembleia Municipal do Porto em cumprimento do referido diploma.

Intervenção do Presidente da Câmara

Propôs que o ponto da ordem de trabalhos fosse apreciado na próxima sessão.

Intervenção do Presidente da Assembleia

Acedeu ao pedido de adiamento do ponto da ordem de trabalhos, como sugerido pelo Partido Socialista e proposto, formalmente, pelo Presidente da Câmara.

Intervenção do Deputado Municipal João Malva (CpC) [\(áudio 15:39 a 15:55 minutos - 5ª gravação\)](#)

Recomendou ao Executivo que separasse os diferentes itens e as respetivas justificações de alienação por forma a Assembleia poder analisar caso a caso, ao invés do seu conjunto.

Retirado da Ordem de Trabalhos

Por sugestão do Partido Socialista e a pedido da Câmara Municipal, aceite pela Mesa.

8. Atribuição do direito de exploração de espaço para estabelecimento de bebidas e respetiva esplanada, sito no troço poente da Praça da República, em Coimbra (Cartola)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção do Deputado Municipal João Malva (CpC) [\(áudio 16:16 a 17:22 minutos - 5ª gravação\)](#)

Afirmou que “*Cartola é elemento de vida na cidade*” e deve ser rapidamente reabilitado e atribuída a gestão do espaço para uso da cidade.

Criticou as cláusulas do concurso público, difícil de aceder pela maioria dos potenciais interessados, e questionou se este se juntaria aos demais que, com os mais diferenciados objetos, que têm vindo a ficar desertos.

Intervenção do Deputado Municipal António Vilhena (PS) [\(áudio 17:46 a 19:05 minutos - 4ª gravação\)](#)

Apresentou uma proposta diferente: “*que se acabe com aquela esplanada e se reponha a Praça da República na sua matriz original*”. Defendeu a sua proposta afirmando que, depois da pandemia, com a cedência de espaço público para as esplanadas que operam nas laterais, “*a Praça da República ganharia imenso e haveria uma nova centralidade e um novo olhar sobre aquele espaço muito nobre da cidade*”.

Deliberação nº 6/2024

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, **por maioria de 41 votos a favor** (17-PS;8- PSD; 5- CDU;3- NC;4- CDS-PP; 2-CpC; 1-PPM e 1- CH) e 2 abstenções (1-PSD,1- NC), aprovar o procedimento de abertura de concurso público, com vista à atribuição do direito de exploração de espaço para estabelecimento de bebidas e respetiva esplanada, sito no troço poente da Praça da República, em Coimbra (“Bar Cartola”), caracterizada pelos seguintes elementos:

- a) Objeto: Atribuição do direito de exploração de espaço para estabelecimento de bebidas e respetiva esplanada, sito no troço poente da Praça da República, em Coimbra (“Bar Cartola”);
- b) Prazo: O contrato inicia-se com a sua redução a escrito e terá a duração de 15 (quinze) anos, possibilidade de renovação automática por períodos de 1 (um) ano, até ao máximo de 5 (cinco) renovações. Qualquer das partes poderá, com uma antecedência mínima de 60 (sessenta) dias do termo do contrato ou de qualquer uma das suas renovações, denunciá-lo;
- c) Direito de resgate: A partir do 10.º (décimo) ano, o Município de Coimbra terá o direito de resgate contra o pagamento de indemnização ao adjudicatário, calculada nos termos legais;
- d) Critério que presidirá à adjudicação: Proposta economicamente mais vantajosa, com os seguintes fatores:
 - Fator “preço”: ponderação de 40%;
 - Fator “valências da oferta de serviços”: ponderação: 20%;
 - Fator “qualidade e originalidade do conceito de exploração”: ponderação: 20%;
 - Fator “Portfólio/Experiência profissional”: ponderação: 20%.
- e) Base de licitação: Não serão aceites propostas, cujo valor mensal seja inferior a 2.000,00 € (dois mil euros);



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

f) Caução: Para garantir o exato cumprimento das obrigações contratuais, ao adjudicatário será exigida caução no valor de 200.000,00 €, que será prestada sob a forma de depósito em dinheiro, garantia bancária ou seguro-caução, no prazo de 10 dias após notificação da adjudicação. '

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

9. Alteração dos júris dos procedimentos para recrutamento e seleção de cargos de direção intermédia de 2.º grau – Divisão de Juventude e Divisão de Licenciamentos e Fiscalização de Atividades

Intervenção do Deputado Municipal Ferreira da Silva (PS) [\(áudio 20:54 a 14:39 minutos - 5ª gravação\)](#)

Referiu que tinham decorrido seis meses desde a proposta de alteração do júri e que o prazo suspendia também nos casos em apreciação pelo Tribunal de Contas e pelo Ministério Público.

Enunciou os lugares de Diretor do Departamento do Desporto, Chefe de Divisão da Fiscalização, Divisão de Empreendimento e, mais recentemente, do Chefe de Divisão da Captação de Financiamento e Fundos, para além dos programadores do Convento São Francisco, nomeações com as quais acusou a violação do código de conduta e boas práticas assinado pelo próprio Presidente da Câmara em 21 de agosto de 2021.

Deliberação nº 7/2024

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, ***por unanimidade***, aprovar a alteração da constituição dos júris dos processos de recrutamento e seleção dos titulares dos cargos de Chefe da Divisão de Juventude e de Chefe da Divisão de Licenciamentos e Fiscalização de Atividades – Cargos de direção intermédia de 2.º grau, em conformidade com o previsto no artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua atual redação, nos termos que a seguir se indicam: - Que o Dr. Ricardo Miguel da Cunha Mendes, Chefe da Divisão de Juventude na Câmara Municipal do Porto, seja substituído pelo Dr. Luís Miguel de Paiva Simões, Chefe da Divisão de Desporto e Educação da Câmara Municipal da Mealhada; - Que o Dr. José Mário Pereira dos Santos, Chefe da Divisão de Fiscalização Geral da Atividade Comercial da Câmara Municipal do Porto, seja substituído pela Dr.ª Ana Sofia Ruivo Canas, Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças da Câmara Municipal da Figueira da Foz, que já integrava o Júri do procedimento, como 1.º vogal efetivo; o Dr. Fernando de Matos Soares de Carvalho - ex-Diretor de Serviços na AC, Águas de Coimbra, EM (aposentado), que já integrava o Júri do procedimento, como 2.º



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

vogal suplente; e o Dr. Manuel Gilberto Mendes Lopes, Diretor do Departamento de Administração Geral da Câmara Municipal de Coimbra, como 2.º vogal suplente.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

10. Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências

- *Relatório de Execução e Plano de Calendarização de outubro a dezembro de 2023 da Divisão de Apoio às Freguesias*

A Assembleia Municipal de Coimbra **tomou conhecimento** do Relatório de Execução e Plano de Calendarização de outubro a dezembro de 2023 da Divisão de Apoio às Freguesias.

- Apoio ao Funcionamento das Freguesias/União das Freguesias-2024

Deliberação nº 8/2024

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, **por unanimidade**, aprovar a transferência dos seguintes valores para as Freguesias/Uniões das Freguesias, mediante a celebração de contrato interadministrativo:

<i>Freguesia/União das Freguesias de</i>	<i>Apoio ao Funcionamento anual para 2024</i>	<i>Apoio ao Funcionamento mensal para 2024</i>	<i>Ação das GOP nº.</i>
<i>Almalaguês</i>	42.222,22 €	3.518,51 €	13 001 2024/57-1
<i>Brasfemes</i>	42.222,22 €	3.518,51 €	13 001 2024/57-2
<i>Ceira</i>	42.222,22 €	3.518,51 €	13 001 2024/57-3
<i>Cernache</i>	42.222,22 €	3.518,51 €	13 001 2024/57-4
<i>Sto. António dos Olivais</i>	57.222,22 €	4.768,51 €	13 001 2024/57-7
<i>São João do Campo</i>	42.222,22 €	3.518,51 €	13 001 2024/57-5
<i>São Silvestre</i>	42.222,22 €	3.518,51 €	13 001 2024/57-6
<i>Torres do Mondego</i>	42.222,22 €	3.518,51 €	13 001 2024/57-8
<i>Antezede e Vil de Matos</i>	49.914,53 €	4.159,54 €	13 001 2024/57-9
<i>Assafarge e Antanho</i>	49.914,53 €	4.159,54 €	13 001 2024/57-10
<i>União das Freguesias de Coimbra</i>	80.299,15 €	6.691,59 €	13 001 2024/57-11
<i>Eiras e São Paulo de Frades</i>	64.914,53 €	5.409,54 €	13 001 2024/57-12
<i>Santa Clara e Castelo Viegas</i>	64.914,53 €	5.409,54 €	13 001 2024/57-15
<i>São Martinho de Árvore e Lama-rosa</i>	49.914,53 €	4.159,54 €	13 001 2024/57-13
<i>São Martinho do Bispo e Ribeira de Frades</i>	64.914,53 €	5.409,54 €	13 001 2024/57-14
<i>Souselas e Botão</i>	49.914,53 €	4.159,54 €	13 001 2024/57-16
<i>Taveiro Ameal e Arzila</i>	57.606,84 €	4.800,57 €	13 001 2024/57-18
<i>Trouxemil e Torre de Vilela</i>	49.914,53 €	4.159,54 €	13 001 2024/57-17
<i>Total</i>	935.000,00 €	77.916,56 €	

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

- **Manutenção e conservação dos espaços verdes e jardins nas escolas EB 2/3 e escolas do ensino secundário-2024/2025**

Deliberação nº 9/2024



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, **por maioria de 45 votos a favor** (18-PS;10- PSD; 5- CDU;4- NC;4- CDS-PP;2-CpC; 1-PPM e 1- CH) e 1 abstenção (1-PSD), aprovar a transferência dos seguintes valores para as Freguesias/União das Freguesias, mediante a celebração de contrato interadministrativo:

Freguesias /União de Freguesias	Ação das GOP	Financiamento total definido nas GOP 2024	Financiamento definido nas GOP para anos seguintes – 2025
Ceira	13 001 2024/66-1	10 687,50 €	10 687,50 €
S. Silvestre	13 001 2024/66-2	4 303,50 €	4 303,50 €
St. António dos Olivais	13 001 2024/66-3	20 168,50 €	20 168,50 €
U. F. de Coimbra	13 001 2024/66-4	3 002,00 €	3 002,00 €
U. F. Eiras e S. Paulo de Frades	13 001 2024/66-5	13 955,50 €	13 955,50 €
U. F. St. Clara e Castelo Viegas	13 001 2024/66-7	11 333,50 €	11 333,50 €
U. F. S. Martinho do Bispo e Ribeira de Frades	13 001 2024/66-6	9 177,00 €	9 177,00 €
U.F. Taveiro, Ameal e Arzila	13 001 2024/66-8	8 046,50 €	8 046,50 €
totais		80 674,00 €	80 674,00 €

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Intervenção do Deputado Municipal João Francisco (PSD) ([áudio 29:44 a 31:28 minutos - 5ª gravação](#))

Explicou que a União de Freguesias de Coimbra tinha comunicado à Divisão de Apoio às Freguesias que não assinariam o contrato se o nº3 do artigo 5.º se mantiver.

11.Regulamento Municipal de Água e Águas Residuais de Coimbra

Intervenção do Presidente da Câmara

Tomou a palavra para recordar, ainda relativamente ao ponto anterior, que os municípios como o de Lisboa não iam ceder o terreno, iam, sim, permitir a sua utilização pelo prazo de 90 anos, sendo que as construções que se erguerem nesses terrenos não poderão ser alienadas por pessoa diferente do Município.

Intervenção do Deputado Municipal João Pinto Ângelo (CDU) ([áudio 29:44 a 31:28 minutos - 5ª gravação](#))



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Esclareceu que a CDU votaria a favor, mas enunciou o alerta na informação dos serviços que refere “*Que seja solicitada à AC, Águas de Coimbra, E.M, na qualidade de entidade gestora e proponente do projeto de regulamento, a fundamentação para o não acolhimento das recomendações da ERSAR descritas no anterior ponto 6.*”. Recomendou, no ensejo, a certificação quanto à legalidade da decisão por “*eventual fundamentação insuficiente*”.

Intervenção do Deputado Municipal Ferreira da Silva (PS) [\(audição impercetível\)](#)

Deliberação nº 10/2024

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, ***por maioria*** de 41 votos a favor (18-PS;11- PSD;4- NC;4- CDS-PP;2-CpC; 1-PPM e 1- CH) e 5 abstenções (5-CDU), aprovar o Regulamento Municipal de Água e Águas Residuais de Coimbra.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

12. Alteração ao Regulamento da Taxa Municipal Turística de Coimbra

Intervenção do Deputado Municipal Ramiro Simões (PS) [\(áudio 34:00 a 34:42 minutos - 5ª gravação\)](#)

Lamentou o aumento da Taxa Municipal Turística quando Coimbra apresenta sérias dificuldades na mobilidade, contrapondo oportunidade para suspensão da taxa durante o período em que a cidade se encontra em obras.

Intervenção do Presidente da Câmara

Afirmou que a Taxa Municipal Turística é importante para Coimbra, para o investimento no turismo, nas pessoas e no desenvolvimento económico sustentável. Esclareceu que não se tratava de um aumento mas sim de um prolongamento no tempo proposto pelos próprios operadores, uma vez que a intermitência criava dificuldades.

Lembrou que o potencial turístico de Coimbra é benéfico, mas causa constrangimentos e necessidade de reabilitação cuja fonte de financiamento não onera os munícipes, representando, por isso, um rendimento essencial para Coimbra crescer na área turística com qualidade e para manutenção da cidade.

Intervenção do Deputado Municipal António Vilhena (PS) [\(áudio 36:41 a 37:07 minutos - 5ª gravação\)](#)

Retomou o ponto antecedente da ordem de trabalhos dizendo que o Presidente da Câmara sugeriu “*o condicionamento dos senhores deputados*” ao referir que o valor da alienação de imóveis serviria para investir nas freguesias e associações.

Questionou, a propósito da presente deliberação, qual era o destino do valor do aumento da taxa turística.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Deliberação nº 11/2024

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, **por maioria** de 31 votos a favor (3-PS;11- PSD;5- CDU; 4- NC;4- CDS-PP;2-CpC; 1-PPM e 1- CH),11 votos contra (11-PS) e 4 abstenções (4-PS), aprovar o projeto de alteração ao Regulamento da Taxa Municipal Turística de Coimbra.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

13. Ata da 3ª Sessão Ordinária de 2023, de 29 de junho

Deliberação nº 12/2024

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, **por unanimidade**, aprovar a ata da 3ª Sessão Ordinária de 2023, de 29 de junho.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.